



CERTIFICADO Nº 4418 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14, incisos III, IV, VI e VII, da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 3º, incisos III, IV, VI e VII, do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e art. 8º, inciso II e seu §1º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Concomitante, LAC2, em conformidade com normas ambientais vigentes, decisão da Câmara Técnica Especializada de Atividades Industriais - CID, em reunião do dia 27/10/2022, condicionantes impostas e fases indicadas a seguir:

FASES : LOC

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : SAO JORGE SIDERURGIA LTDA

CNPJ/CPF : 41.593.841/0002-18

Empreendimento : SAO JORGE SIDERURGIA LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Avenida PREFEITO ANIVAIR DA SILVA número/km S/N Bairro ROBERT KENNEDY Cep 35685-000 Itatiaiuçu - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Itatiaiuçu (LAT) -20.1994, (LONG) -44.4285

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 5

Processo Administrativo Licenciamento : 4418/2021

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
B-02-01-1	Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa	Capacidade instalada	240	t/dia

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 10 ano(s) e 10 mes(es) e 27 dia(s), com vencimento em 23/09/2033.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Belo Horizonte, 07/11/2022.

Documento assinado eletronicamente por DANIEL DOS SANTOS GONCALVES, Superintendente, em 07/11/2022 19:36 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 4418 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Outorga de Direito de Uso de Recursos

1370.01.0012250/2022-93.





CERTIFICADO Nº 4418 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes

Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II. Durante a vigência da licença

2 Dar continuidade ao plano de mitigação das emissões de particulados gerados por fontes difusas. Durante a vigência da licença

3 Apresentar à Feam/Gesar o Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar - PMQAR -, protocolando nos autos do processo de licenciamento ambiental documento comprobatório da formalização, que deverá conter os seguintes itens: a) inventário das fontes atmosféricas do empreendimento; b) modelagem atmosférica (com o modelo AERMOD) e descrição do resultado com avaliação da qualidade do ar da área de influência do empreendimento;" Para elaboração do PMQAR deverão ser seguidas as diretrizes da Nota Técnica Gesar vigente, referente às "Orientações Técnicas para a elaboração de um Estudo de Dispersão Atmosférica", disponibilizada no sítio eletrônico da FEAM: <http://www.feam.br/noticias/1/1332-emissao-fontes-fixas> II 180 dias

4 Realizar monitoramento da qualidade do ar caso a conclusão da análise do PMQAR pela FEAM/GESAR, apresentado nos autos do processo seja pela necessidade do acompanhamento de parâmetros avaliadores das emissões atmosféricas no entorno do empreendimento. Conforme estipulado pela FEAM/GESAR

5 Manter o cinturão verde no entorno do empreendimento de forma consistente e contínua, realizando as revitalizações, sempre que necessárias, à efetiva ação da cortina arbórea citada. Durante a vigência da licença

6 Dar continuidade aos ajustes nas bacias de decantação do sistema de drenagem pluvial. 120 dias

7 Realizar ajustes para contenção da escória não permitindo o escoamento para o sistema de drenagem pluvial. 30 dias

8 Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo (DMR), emitida via Sistema MTR-MG, referente ao transporte e destinação final dos resíduos gerados pelo empreendimento, conforme prazos e determinações previstos na Deliberação Normativa (DN) COPAM nº 232/2019. Durante a vigência da licença

9 Dar continuidade ao Programa de Educação Ambiental (PEA) nos moldes da DN 214/2017 e 238/2020. Os relatórios e formulários de acompanhamento do PEA devem ser elaborados e apresentados ao órgão ambiental em conformidade com legislação pertinente. semestralmente

10 Implantar projeto de adequação da drenagem pluvial da área 90 dias

Parecer São Jorge Siderurgia Ltda (54726136) SEI 1370.01.0048969/2022-20 / pg. 17

diretamente afetada.

11 Comprovar a retirada do sistema de bombeamento da área de preservação permanente do Ribeirão Itatiaia e apresentar proposta para recuperar a área de preservação permanente objeto da intervenção com vegetação nativa. 30 dias

12 Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura do processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9985/2000 (SNUC) e Decreto Estadual nº 45.175/2009 alterado pelo Decreto nº 45.629/2011, de acordo com os procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55/20012. Apresentar à Supram CM a comprovação da solicitação da abertura do processo da compensação ambiental junto ao IEF. 60 dias

13 Apresentar Plano de Comunicação Social para o empreendimento. 30 dias